

FOUCAULT E O TRABALHO INFANTIL: OS MITOS DO TRABALHO INFANTIL

Nancy Angélica Costa de Oliveira¹
PG/UEMS

Resumo: O presente artigo objetiva discorrer sobre os “mitos” do trabalho infantil analisado a partir das reflexões teóricas do filósofo Francês Michel Foucault, sobre as formações discursivas sobre a formalização do trabalho de crianças e adolescentes diante da proposta de formalização e redução da idade indicadas na Proposta de Emenda Constitucional conhecida como PEC 18/11.

Palavras-chave: Foucault; Mitos; trabalho infantil; formalização

Abstract: This article aims to discuss the "myths" of child labor analyzed from the theoretical reflections of the French philosopher Michel Foucault on the discursive formations on the formalization of the work of children and adolescents before the proposals of formalization and reduction of the age indicated in the Proposal constitutional amendment known as PEC 18/11.

Key words: Foucault; Myths; Child labor; formalization.

Introdução

“O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo”. (FOUCAULT, 2006, pg.49).

O presente artigo visa apresentar as contribuições do pensamento do filósofo Francês Michel Foucault em relação aos principais mitos relacionados ao trabalho infantil na sociedade ainda nos dias atuais. Sendo essa uma das formas mais perversas e hostis de exploração da mão de obra infantil, tendo como defesa de grupos econômicos que mantêm o discurso de que o trabalho é formativo e então “é melhor trabalhar do que ficar na rua à toa vadiando e ser presa fácil para a bandidagem” tem como conceito

¹ Mestranda em Letras, Linguagem: Língua e Literatura da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande,MS

principal as unidades enunciativas que se reconfiguram de acordo com as condições de produção mencionadas por Foucault.

O trabalho infantil tornou-se visível pela sociedade na Revolução Industrial na Inglaterra do século XVIII, quando passou a utilizar mão de obra infantil a partir dos cinco anos, em serviços pesados numa jornada 15 horas diárias.

Fatos esses marcantes que proporcionaram aos movimentos trabalhistas que proibissem que jovens até 16 exercessem qualquer tipo de trabalho. Da Inglaterra para o Brasil essa prática da exploração infantil para o trabalho tem seus primeiros registros na vinda das naus Portuguesas onde os filhos de famílias portuguesas pobres eram enviados como grumetes e pajens nos navios. Da situação do Brasil Colônia para os dias atuais muito luta se travou para mudar o ciclo da exploração da mão de obra infantil.

O grande momento de mobilização ocorreu na década de oitenta com a elaboração da Constituição de 1988 onde se fixou os princípios de proteção integral estabelecidos pelos Direitos Fundamentais da criança e do Adolescente e na década de noventa com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Na sociedade contemporânea mantém-se o discurso moral sobre a aprovação por parte da sociedade de que para a criança pobre o caminho da salvação é o trabalho. Discurso esse que se reconfigura apesar dos avanços resultantes de leis de proteção como o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, convenções e tratados internacionais de proteção à criança e ao adolescente.

A proteção da infância é um dos elementos essenciais na luta pela justiça social e pela paz universal. A OIT entende que o trabalho infantil, além de não constituir trabalho digno e ser contrário à luta pela redução da pobreza, sobretudo rouba das crianças sua saúde, seu direito à educação, ou seja, sua própria vida enquanto crianças. (OIT Brasil, 2001, pg. 8).

Em suas obras Michael Foucault fez a arqueologia do saber, isto é, ele buscou as formas de pensamento de uma época, e adotou o método que fez a investigação das estruturas do pensamento (episteme da época), analisando as rupturas entre os períodos do renascimento, classicismo e modernidade.

Nessa perspectiva e seguindo o fio condutor que marca a passagem importante na história que se deu com o surgimento do homem como objeto das ciências a partir da revolução industrial, considerada a transição do período clássico para a modernidade. Iremos analisar a partir do pensamento de Foucault, as regras de controle do discurso, seus sistemas de exclusão, interdição de quem pode falar quem está autorizado, as formas de controle e poder social. Busca-se entender como se dá a produção do saber e sua formação discursiva em torno do mito. Demonstrar os principais mitos discursivos sobre o trabalho infantil e sua perpetuação nos dias atuais. A intenção é analisar as regras de controle, interdição e exclusão do discurso em favor dos principais mitos existentes sobre o trabalho infantil.

As causas do trabalho infantil

A História do trabalho infantil no Brasil nasce com a própria história de construção do país, em que crianças portuguesas vieram a mando de seus responsáveis nos porões dos navios em busca de sobrevivência e jogados a própria sorte.

No período da escravidão crianças indígenas e africanas também foram exploradas, não havia o entendimento do que era ser criança e sim eram vistos como adultos em miniatura. Com a criação da Lei do Ventre Livre (1871) e o fim da escravidão, crianças e adolescentes libertos não tinham onde ficar, não havia escolas e a maioria passava o tempo na rua, vítimas da exclusão social. (Dimenstein, 2005, pg. 30).

O Corpus deste artigo tem como objeto analisar a cultura perpetuada sobre alguns mitos que reforçam a cultura do trabalho como solução para os problemas sociais. O discurso emancipador e formador como maneira de sanar os problemas econômicos e financeiros de famílias vulneráveis por falta de perspectivas e política públicas.

Onde se reforça o mito de que o trabalho cumpre duas funções tirar do ócio e dar ocupação justa. Essa é uma saída excludente que reforça a substituição a mão de obra adulta pela infantil e nega o direito desses sujeitos de receberem formação adequada, além de negar-lhes o direito ao lazer, a cultura e a educação.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao ler, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e de dignidade (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

A pesquisa da análise do corpus foi feita a partir do trabalho realizado pelo Portal Cidade Escola Aprendiz e pela Fundação Telefônica sobre os principais mitos culturais reforçados e produzidos ao longo da história brasileira. E que podem ser sintetizados em algumas expressões populares, tais como: 01) é melhor trabalhar do que roubar; 02) trabalhar não mata ninguém; 03) ele precisa trabalhar para ajudar a família; 4) o trabalho enobrece; 5) trabalho traz futuro.

Ou seja, com base na análise foucaultiana, vamos fazer uma descrição dos mitos, da sua regularidade em que se propagam e expor a formação discursiva expostas em cada expressão popular.

A metodologia proposta é fazer um recorte sobre os principais mitos existente sobre o trabalho infantil e tem como método de análise a materialidade linguística: de como os mitos são perpetuados, onde circulam, ou seja, o modo como o discurso se manifesta tanto pela elite como nas classes mais pobres.

Só haverá ciências do homem se nos dirigirmos à maneira como os indivíduos ou os grupos se representam seus parceiros na produção e na troca, o modo como esclarecem, ou ignoram, ou mascaram esse funcionamento e a posição que aí ocupam, a maneira como se representam a sociedade em que isso ocorre (FOUCAULT, 2007, pg. 487).

Espaço social – onde circulam os mitos sobre o trabalho infantil

O homem recebe estímulos (fisiológicos, sociais e culturais) e busca adaptar evoluir, apagar os desequilíbrios e ajustar-se para satisfazer suas necessidades. E pela linguagem ele derrapa, e nos seus menores gestos, nos mecanismos involuntários tem um sentido que deixa rastros, enfim é na superfície das relações, no espaço simbólico que ele muda de posição. O que antes era um desejo ou necessidade, já não é mais.

Tomando o pensamento de Foucault os estímulos recebidos pelo homem, os espaços simbólicos em que as relações mudam ou se rompem - onde os mitos do trabalho infantil se assentam, chegamos ao estado da arte, considerado o papel de subordinação de crianças em razão da sobrevivência.

Instala-se um conjunto coerente e sistema de signos com funções, normas, conflitos e regras, onde as fronteiras entre o biológico, psicológico ou o sociológico se entrecruzam em um sistema de continuidade ou descontinuidade das funções, dos conflitos de forma sucessiva. Dessa maneira, tudo é ressignificado simbolizado e tem efeito de verdade.

E a verdade de que o trabalho dignifica o homem tem suas regras de imposição, gera conflitos e tem seu mecanismo de acomodação onde a sociedade se adapta, aceita e se conforma. O objeto em questão a criança não tem poder de ação, pois não tem voz, assim ela não tem autonomia nem visibilidade. Assim como a Loucura, a invisibilidade e os impactos e conseqüências do trabalho tem suas razões de cada época.

Foucault em sua *As palavras e as coisas*, analisa o homem como objeto das ciências, aquele que fala que é simbólico marcado pela incompletude e cujo fim do homem positivista está próximo.

Quadro Formal -Homem: Objeto de Estudo

Em sua obra “*As palavras e as coisas*”, publicado em 1966. O filósofo Francês Paul Michel Foucault tratou do nascimento do homem como objeto de estudo e como ser pensante. No estudo sobre as ciências Humanas o homem tornou-se objeto das ciências. Foucault afirma que tudo é construção história, o homem é colocado em evidência a partir das imposições colocadas pela sociedade industrial. Nas palavras de Foucault (2007, p. 477):

É um acontecimento na ordem do saber. E esse acontecimento produziu-se, por sua vez, numa redistribuição geral da episteme: quando, abandonando o espaço da representação, os seres vivos alojaram-se na profundidade específica da vida, as riquezas no surto progressivo das formas da produção, as palavras no devir das linguagens.

As ciências humanas nascem para entender esses sujeitos, no momento cultural em que o homem surgiu no plano do pensamento, no momento onde ele sai do trabalho feudal, da vida no campo e vai para os chãos de fabricas e vende sua força de trabalho. É por conta das imposições colocadas pela sociedade industrial que novas emergências tornam impositivas e ameaçam o equilíbrio da ordem social.

Foucault irá mostrar o espaço marcado pela ciência moderna e o chamará de Triedro epistemológico, definidos a partir do século XIX sendo incluída nos intervalos dos saberes (com menor sentido em determinados momentos e privilegiado em outros). São nesses espaços de representação que o homem é analisado como objeto de um novo saber.

Na modernidade (século XIX), o homem passa a ser pensado como objeto do novo saber pelas ciências empíricas como biologia, economia e filologia. Colocado assim em evidência passando a ser descoberto, desvendado e explorado. Ou melhor, dizendo, quem esse homem é um ser simbólico marcado pela incompletude e representado pela linguagem.

Ainda de acordo com Foucault o que separa os níveis empíricos e transcendentais são as ciências humanas (sociologia, psicologia, a mitologia e análises das literaturas), que produz no homem a representação (sob forma consciente ou inconsciente) e o faz de forma desvelada e expõem à consciência as condições de suas formas e de seus conteúdos, isto é, o homem é uma invenção recente criada na modernidade no campo do saber.

Ao falarmos das ciências humanas, da psicologia, sociologia, das análises das literaturas e das mitologias, é importante considerar o papel plano e uniforme que a história concebia até então num mesmo ciclo, todos os homens e todas as coisas, cada ser vivo e com a com a chegada do século XIX essa unidade sofre rupturas e, descobriu-se uma historicidade própria que não podia encontrar seu lugar na grande narrativa comum às coisas e aos homens.

O sentido das palavras

A ciência humana analisa o sentido das palavras e as proposições que enuncia, ela não olha o homem apenas é por natureza e sim a simbologia desse homem, pois nada nasce do homem e sim da relação. Assim, a ciência humana se desenvolve na exterioridade do conhecimento.

A ciência humana não trata a vida, o trabalho, e a linguagem do homem na maior transparência em que se pode dar, mas naquelas camadas de condutas, comportamentos, atitudes, de gestos já feitos, de frase pronunciada. (FOUCAULT, 2007, p. 490).

Arqueologia do saber

Na Arqueologia do Saber (1969) Foucault busca analisar as rupturas e não mais os grandes acontecimentos, e sim, os deslocamentos e as transformações dos conceitos. Nesse sentido a história não busca mais interpretar os documentos e nem pouco saber sua verdade e valor, mas vê-lo no seu interior. Inicia-se um novo método de ver os fatos.

O documento, pois não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. (FOUCAULT, 2007, p. 8). Ou seja, um novo método onde o discurso é um monumento e transforma - se no objeto de análise, onde as rupturas emergem os pequenos discursos, isto implica em ver o que de fato se pregavam sobre o trabalho infantil (onde o efeito de superfície, de olhar o já olhado e ver o quanto há de exploração nessa prática). Nova história é o deslocamento do descontínuo- é a passagem do obstáculo à prática.

Outro aspecto importante apresentado por Foucault – são os problemas metodológicos, entende-se por isso o método de trabalhar com o corpus, segundo ele é preciso renovar o método. Ao ouvir uma determinada classe social é preciso ouvir também a outra. É o mesmo que dizer que o trabalho enobrece e dignifica isso de acordo com a estratificação social, pois esse é um mito que enaltece as supostas

vantagens de trabalhar enquanto crianças e adolescentes de uma determinada camada social.

Ao dizer que a obra “arqueologia do saber” e as outras que a precederam Foucault, revela que não iria debater pelo menos diretamente em primeira instância sobre a estrutura, a origem e sim se inscrever no campo em que as manifestações se cruzam, emaranham e se especificam as questões e consciência do sujeito.

Nessa linha de análise Foucault ainda reforça que esse trabalho é não é a descrição exata da “História da loucura, Nascimento da clínica ou das Palavras e as coisas”, em muitos pontos diferentes e permite fazer diversas correções e críticas internas, como admitir um sujeito anônimo e geral da história.

Ou melhor, quem a história dava visibilidade, o povo? E para essas análises foi preciso deslocar-se para fora da filosofia, da história – questionar o momento, pois a história não dá conta de explicar tudo, em suma, entender as práticas do cotidiano trazendo para o nosso tema.

Quais as os fatos ou ideias que reforçam o discurso de uma classe dominante que mantém o pensamento escravocrata que alega que o trabalho infantil é a solução para os problemas sociais de uma determinada parcela da sociedade.

É como se as mazelas da pobreza tivessem que ser resolvidas por meninos e meninas e não pelos adultos.

Dessas crenças e da situação de vulnerabilidade econômica, os empregadores tiram vantagens em proveito próprio. Ao empregar crianças, tem em mente garantir trabalhadores dóceis, submissos, que não causem “encrenca” e sejam incapazes de defender seus direitos (OIT Brasil, 2001, pg.17).

As regularidades discursivas

Um conjunto de enunciados que não são rigorosos – mas que tem uma função precisa e tem um sistema de dispersão.

Ao falar das unidades discursivas, Foucault enumera um conjunto de regras das quais apresenta os conceitos e descontinuidade, rupturas, limites, series, transformações que apresentam questões de procedimentos e problemas teóricos.

Por outro lado, propõe realizar um trabalho negativo a fim de libertar todo um jogo de noções que diversificam o tema da continuidade que não apresenta uma estrutura conceitual tão rigorosa, mas apresenta uma função precisa, onde se encontra as noções de: tradição que visa dar importância temporal a um conjunto de fenômenos e permite repensar a dispersão da história.

A influência que fornece um suporte mágico aos fatos de transmissão e comunicação; as noções de desenvolvimento e de evolução que permitem reagrupar uma sucessão de acontecimentos dispersos; as noções de mentalidade ou de espírito que estabelecer ligações simbólicas entre fenômenos de determinada época ou fazer surgir à soberania de uma consciência coletiva. (FOUCAULT, 2008, p. 24).

Ou seja, Foucault propõe colocar todas as questões, as sínteses, os agrupamentos que muitas vezes foram aceitos sem ao mesmo serem examinados, no entanto, é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras que tem o hábito de alojar os discursos dos homens, também é preciso que haja uma inquietação diante de certos recortes.

Ao dizer das unidades do livro, de seus discursos complexos nada homogêneos, Foucault afirma que a obra não é uma unidade certa, igual e semelhante, é preciso ver os fragmentos, os menos essenciais, aquilo que o autor deixa escapar, como expressões do pensamento, ou do inconsciente e deixa de fora de circuito às continuidades irrefletidas, das quais os discursos deixam que os acontecimentos verdadeiros repousem sobre um já dito; e que este já-dito, seria um “jamais-dito”, um discurso sem corpo, um vazio minado de tudo que se diz “Supõe-se, assim, que tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele se recobre e faz calar”. (FOUCAULT, 2008, p. 28).

Vejamos o discurso de que o trabalho enobrece (se tratando de crianças e adolescentes), essa afirmação está presa nas determinações históricas de caráter capitalista e se manifesta como um pensamento de época na unidade do discurso.

No campo dos acontecimentos discursivos eles circulam nos espaços controlados, não há discurso puro, eles se manifestam, emergem de forma inconsciente, é o simbólico. Ao enunciar o sujeito marca um espaço social.

No que compreende as Formações discursivas e propriedade do discurso são as apropriações e processos que os inclui, ou seja, o direito de falar, que é determinado a um grupo de indivíduos. “O discurso econômico jamais foi um discurso comum (não mais que o discurso médico, ou o discurso literário, ainda que de outro modo”. (FOUCAULT, 2008, p.75).

É preciso que o discurso tenha um conjunto de traços, uma lei de funcionamento, onde se delimita o objeto de estudo, isso significa que no discurso construído de que o trabalho traz futuro se estabelece aí um conjunto de práticas discursivas, de regras, regime estabelecida no tempo e vai ser legitimado.

A modalidade enunciativa

De acordo com os conceitos elaborados na formação enunciativa, no século XIX o discurso médico era um instrumento de dominação e exclusão. Partia da autoridade médica dizer quem era normal ou não.

Quem no conjunto de todos os sujeitos falantes tem [...] o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (FOUCAULT, 2008, p. 56). Ou então no discurso de que o trabalho traz futuro, quem enuncia quem está autorizado a fazer tal afirmação?

Em ambos os casos, haverá sempre um grupo ou indivíduos autorizados, com poder e status para proferir esses discursos a partir de um lugar legitimado socialmente. Enquanto do outro lado, estarão os que se encontram sob o domínio de certas verdades de ordem geral.

Isto significa que as posições do sujeito se definem pela situação que lhe é possível ocupar. Os espaços por assim dizer são demarcados por regras e o sujeito se submete a elas.

As regras estabelecidas sobre essa legitimidade autorizada da enunciação desconsideram que o ingresso precoce no trabalho, contribui para uma formação escolar defasada ou até mesmo interrompida pela emergência imposta.

Ao dizer que o trabalho traz futuro, considera-se as condições históricas e os fatores econômicos – quem diz para quem fala, em que época? É preciso considerar as condições históricas para o aparecimento de um objeto discursivo que o garantem dizer alguma coisa: “Muitas famílias acabam colocando a criança no trabalho porque acreditam que é importante, pois tiveram uma formação pessoal de trabalho infantil e não veem que isso não precisa passar de pai para filho.” (SAKAMOTO, 2012).

Estratégias dos discursos

Os discursos não são aleatórios, todos possuem estratégias para anunciar. Ao dizer que é preciso trabalhar para ajudar a família, é preciso analisar o que dá sustentação nesse discurso que responsabiliza a criança pela precariedade que sua família vive. É preciso perceber o entorno desviar o olhar. Ver as práticas de apropriação, as intenções, as realizações de interesse e desejos do capitalismo.

Outro fator que obriga ao trabalho infantil é a crença, comum em muitas culturas – e não só nos estratos mais pobres –, de que as crianças devem compartilhar as responsabilidades da família, participando do trabalho dos pais, ganhando remuneração fora de casa ou ajudando na administração da casa. (OIT BRASIL, 2001, p. 15).

A formação discursiva possui lacunas em razão das suas escolhas estratégicas e isso faz com que apareça uma nova constelação discursiva. Ou seja, a estratégia usada tem uma determinada visão de mundo, que não são universais, mas que tem efeito de universalidade (efeito de sentido).

Outro ponto importante é saber que posição o sujeito ocupa em relação aos objetos que fala, pois existe um sistema vertical de dependência e apenas alguns estão autorizados a falar.

Outra obra importante é a “A ordem do discurso”, onde Foucault relatará dos diversos discursos encontrados em uma determinada sociedade, num determinado grupo social, suas funções de controle, regras de poder desta mesma sociedade.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais evidente, o mais familiar também é a interdição. Sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 2006, p. 9).

E assim ouvimos repetidamente de que é melhor trabalhar do que roubar. Dessa forma, tem-se a impressão de que só existem essas duas opções para a vida de crianças e adolescentes vulneráveis socialmente. Cabe lembrar que essa situação entra no princípio da exclusão. Exclui-se o direito de crianças e adolescente de terem acesso à educação de qualidade, lazer e cultura. O trabalho infantil não pode ser a solução para os problemas sociais ou ainda afirmar que isso é normal.

Sobre liberdade, direito e dignidade – o Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu capítulo II – artigo 15: A criança e ao adolescente tem direito à liberdade, ao respeito, e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais na Constituição e nas leis.

Onde aloja o discurso verdadeiro ou a vontade de verdade? No século VI, o discurso verdadeiro era aquele pronunciado por quem de direito tinha requerido. Um século depois a vontade de verdade residia no que o discurso dizia, até chegar ao período em que se deslocou do ato ritualizado eficaz e justo para o próprio sentido do enunciado, e no século XIX, essa vontade de verdade apoiou-se sobre um suporte institucional. Cabe assim dizer que toda sociedade tem seu sistema de verdade, seu desejo de poder e sua vontade de verdade que não é transparente.

O controle discursivo possui regras que impõe aos indivíduos certas condições e certos limites para enunciar, ou melhor, ninguém entra na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não tiver qualificação para tal. Os espaços são regradados e possuem domínios de circulação.

Ao falar sobre o mito de que o trabalho não mata – não circulam as formas degradantes, os perigos, os acidentes, as sequelas e lesões irreversíveis, as mortes prematuras de crianças e adolescentes submetidos a trabalhos perigosos que deveriam ser executados somente por adultos.

Mas que ninguém se deixe enganar; mesmo na ordem do discurso verdadeiro, mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredo e de não-permutabilidade (FOUCAULT, 2006, p.40).

É preciso reconhecer, o outro lado, outras realidades, o jogo negativo [...] de uma rarefação de discurso. É preciso buscar compreender que o ingresso precoce de crianças e adolescentes se dão de forma precária em atividades perigosas. Não se vê que muitos não estão aptos a carregar peso ou manusear maquinários pesados: “É a família que deve amparar a criança e não o contrário. Quando a família se torna incapaz de cumprir essa obrigação, cabe ao Estado apoiá-la, não às crianças”. (OIT BRASIL, 2001, p. 16).

Os mitos parafraseados em favor dessa cultura defendida pelo trabalho precoce são formas de controle, exclusão e interdição do desenvolvimento integral negado a crianças e adolescentes em situação de pobreza.

Considerações Finais

O artigo proposto buscou analisar os discursos rarefeitos sobre os mitos do trabalho infantil ainda defendido nos dias atuais. Através das obras de Foucault, delineamos as formas discursivas, buscando em suas teorias mostrar compreender a interioridade dos fatos, os mitos difundidos e propagados pelos sujeitos falantes.

Fazendo um exercício para entender a partir da obra “as palavras e as coisas” o quanto esse sujeito objeto de pesquisa anunciada na idade moderna que produz, fala e trabalha é atravessado. Com base nisso apoiamos nesses procedimentos para trazer à tona os mitos que circulam em nosso ambiente de trabalho, familiar e cultural que

misturam ideias, conceitos, conselhos, modelos de alguns que sobreviveram para dizer que o trabalho traz futuro, não mata, enobrece.

Como usar as formações discursivas para descortinar esses mitos tão simplistas em prol de uma cultura escravista, exploratória e exterminadora. Como ver nas condições de produções vigentes um pensar de não aceitação do jogo, como desvencilhar crianças de adolescentes do discurso da responsabilização.

Talvez seja essa intenção desse trabalho, como se indignar e não aceitar o obvio, ver de outra forma. Romper com o senso comum e compreender as várias condições de produção que sustentam os discursos condicionados por uma sociedade que ainda aprisiona, interdita e cala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – Senado Federal – Brasília –2015

BRASIL. Fundação telefônica. 30/11/2016.
<http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalhoinfantil/noticia/5-mitos-do-trabalho-infantil/>

BRASIL. OIT Brasil – Combatendo o trabalho infantil: guia para educadores.
<http://www.oitbrasil.org.br/node/330> 12/06/2012.

BRASIL. Portal Aprendiz – 12/06/2012.
<https://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2012/06/12/pobreza-e-baixa-escolaridade-estao-entre-principais-causas-do-trabalho-infantil/>

DIMENSTEIN, Gilberto. Aprendiz do Futuro: Cidadania hoje e amanhã. 10ª edição. São Paulo (SP): Editora Ática -2005.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas – 9ª Edição. Martins Fontes - 2007

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber – 7ª edição. Forense universitária - 2008

FOUCAULT, Michel. A ordem do Discurso – 13ª edição -2006

Para citação:

OLIVEIVA. Nancy Angélica Costa. **FOUCAULT E O TRABALHO INFANTIL: OS MITOS DO TRABALHO INFANTIL** In: Web-Revista Discursividade, Estudos Linguísticos, Volume 26, ISSN 1983-6740, Fevereiro/2024. Pp: 114-128
Consultar no Portal de periódicos científicos da Editora e Livraria Pantanal, <http://ojs.pantanaleditoraeditoria.com.br>